



Pólis de Samos: poder naval e redes de conectividade nos tempos de Polícrates

Polis of Samos: Naval Power and Connectivity Networks in the Time of Polycrates

Polis de Samos: Poder Naval y Redes de Conectividad en Tiempos de Polícrates

Allan Camuri [*]

[*] Mestre e doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ), com bolsa CAPES. Desenvolve pesquisa sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Regina Candido, com foco na História Antiga, especialmente nas sociedades helênicas dos séculos VI e V a.C. E-mail: allancamuridark@gmail.com.

Resumo: As pesquisas sobre a Antiguidade helênica tradicionalmente privilegiaram a pólis de Atenas, sobretudo no contexto do século V a.C. No entanto, as recentes tendências historiográficas, impulsionadas por inovações metodológicas e pela valorização de novos objetos de estudo, têm promovido o interesse por sociedades anteriormente marginalizadas. Nesse cenário, a pólis de Samos se destaca como um importante centro de poder no século VI a.C., especialmente durante a tirania de Polícrates. Este artigo propõe uma análise da política talassocrática samia no período arcaico, examinando suas práticas de conquista, sua força naval e suas redes comerciais a partir das evidências disponíveis na documentação helênica.

Palavras-chave: Samos; Polícrates; poder naval

Abstract: The research on Hellenic Antiquity has traditionally focused on the *polis* of Athens, particularly in the context of the 5th century BCE. However, recent historiographical trends, driven by methodological innovations and the emergence of new research topics, have encouraged the study of previously marginalized societies. In this context, the *polis* of Samos stands out as a significant center of power during the 6th century BCE, especially under the tyranny of Polycrates. This article aims to analyze Samos' thalassocratic policy in the Archaic period, examining its

practices of conquest, naval power, and commercial networks based on the available Hellenic documentation.

Keywords: Samos; Polycrates; Seapower

Resumen: Los estudios sobre la Antigüedad helénica han privilegiado tradicionalmente a la *polis* de Atenas, especialmente en el contexto del siglo V a.C. No obstante, las tendencias historiográficas más recientes, impulsadas por innovaciones metodológicas y por el surgimiento de nuevos objetos de estudio, han promovido el interés por sociedades previamente marginadas. En este escenario, la *polis* de Samos se destaca como un importante centro de poder durante el siglo VI a.C., particularmente bajo la tiranía de Polícrates. Este artículo se propone analizar la política talasocrática de Samos en el período arcaico, examinando sus prácticas de conquista, su poder naval y sus redes comerciales a partir de la documentación helénica disponible

Palabras clave: Samos; Polícrates; poder naval

A pólis de Samos e as novas tendências historiográficas

A historiografia tradicional sobre a Antiguidade helênica apresentou, ao longo do tempo, uma tendência em privilegiar a experiência ateniense, tanto em relação às suas dinâmicas internas quanto à sua proeminência nas relações interestatais do Mar Egeu durante o período clássico. Esse atenocentrismo pode ser parcialmente explicado pela abundância de documentação textual disponível, que naturalmente orientou o olhar dos estudiosos para essa pólis em detrimento de outras. Contudo, o fortalecimento do diálogo com a arqueologia e seus métodos, aliado a inovações metodológicas na análise documental e à incorporação de aportes teóricos alternativos, têm contribuído para uma reconfiguração no cenário da historiografia classicista. Esse movimento impulsionou a formulação de novos questionamentos sobre a Hélade antiga, bem como o resgate de unidades políticas relevantes que haviam sido marginalizadas na narrativa histórica.

Dentre as correntes historiográficas que contribuíram para essa descentralização dos objetos de estudo, destaca-se a história global, que passou a se consolidar a partir da década de 1990, em um contexto de transformações profundas nas condições de vida provocadas pela globalização, pelo crescimento demográfico, pela aceleração do tempo histórico e pelo agravamento das desigualdades (Junior e Sochaczewski 2017, 483). Embora ainda envolta em debates e sem consenso pleno entre os historiadores, a história global abriga uma diversidade de métodos unidos pela crítica ao internalismo metodológico — isto é, à análise restrita a variáveis explicativas internas a uma

unidade isolada (Morales e Silva 2020, 127). Sua aplicação nos estudos da Antiguidade tem sido notável por lançar luz sobre sociedades anteriormente negligenciadas pelas abordagens tradicionais (Morales e Silva 2020, 130).

O pesquisador francês François Hartog (2013) destaca como um dos procedimentos possíveis da história global a adoção da noção de histórias conectadas. Trata-se de uma proposta que busca superar uma escrita histórica unívoca, assimétrica e hierarquizante, ao promover uma expansão espacial das análises e uma maior atenção às redes que conectam diferentes unidades sociais (Hartog 2013, 178-179). Entre os estudiosos da Antiguidade, Irad Malkin desponta como um dos principais expoentes dessa abordagem, ao aplicar os princípios das histórias conectadas para desenvolver a teoria das redes de conectividade — conceito oriundo das neurociências e da computação, posteriormente apropriado pelas ciências humanas para compreender padrões de interação social e comercial ao longo do tempo (Malkin 2011, 2-5).

Esse novo paradigma epistemológico, ao expandir a escala analítica das investigações sobre o mundo antigo, contribuiu significativamente para o florescimento dos estudos mediterrânicos, cuja fundação remonta às obras clássicas de Fernand Braudel (1972; 2001). A publicação de *The Corrupting Sea* por Peregrin Horden e Nicholas Purcell, em 2000, marcou um novo momento na abordagem do Mediterrâneo como objeto de investigação, especialmente entre os historiadores da Antiguidade. Para os autores, o Mediterrâneo não constitui uma unidade geográfica homogênea, mas sim um espaço marcado por uma intensa diversidade topográfica, fragmentado em microrregiões com ecologias específicas que influenciam diretamente as formas de organização social locais (Horden e Purcell 2000).

Apesar da importância dessa obra, ela também foi alvo de críticas relevantes na historiografia posterior. Willian. V. Harris tornou-se um dos principais críticos da proposta de Horden e Purcell. Embora reconheça o valor da noção de conectividade mediterrânica, Harris argumenta que o foco principal da investigação histórica não deve ser a constatação de que “sempre houve conexão”, mas sim a análise da força, intensidade e variações dessas conexões ao longo do tempo. Ele enfatiza, por exemplo, a renovação dos circuitos marítimos no II milênio a.C. e sua posterior ampliação durante os processos colonizatórios promovidos por fenícios e helenos nos séculos IX e VIII a.C., aspectos ausentes na obra de Horden e Purcell (Harris 2005, 24).

Nessa mesma direção crítica, Irad Malkin também rejeita a ideia de que “tudo está conectado” como uma tese por si só. Para ele, mais relevante do que mapear conexões é compreender suas implicações, dinâmicas e processos formativos (Malkin 2011, 25). Em seus estudos sobre o Mediterrâneo helênico durante o período arcaico, Malkin investiga a construção das

identidades gregas, a fundação das cidades ultramarinas e a expansão da Hélade a partir da distância e do movimento. Entre os séculos VIII e VI a.C., o surgimento da pólis na Grécia continental e na Ásia Menor foi acompanhado pela fundação de diversas comunidades ao longo do Mediterrâneo, protagonizada não apenas pelos gregos, mas também por fenícios e etruscos. Esse processo ampliou os núcleos de povoamento e fomentou o desenvolvimento de redes comerciais que conectavam centros produtivos situados no Norte da África, no Levante, na Anatólia e na Península Balcânica. Essas trocas propiciaram contatos interculturais que impactaram tanto os helenos quanto os povos designados como “bárbaros”.

O mar Mediterrâneo, nesse contexto, configurou-se como vetor fundamental na construção da Hélade arcaica. Michel Gras atribui ao mar um papel central na experiência social das comunidades gregas, comparando-o à *ágora*, que ocupa o centro simbólico e funcional da pólis: “é o mar que está ‘no meio’ do universo conhecido, do *oikumenē*” (Gras 1998, 8). A partir dessa perspectiva, o Mediterrâneo pode ser compreendido como um espaço de interação entre diferentes grupos poliades, palco de trocas comerciais e de fluxos migratórios. Diversas comunidades foram fundadas pelos helenos nesse contexto, e segundo Malkin (2011, 5), esses assentamentos contribuíram para a formação de um “pequeno mundo”, tecido por uma rede de conectividade que expressou e deu forma ao que chamamos de civilização grega.

Diferentemente do modelo centralizado do Império Romano, esse mundo helênico arcaico era marcadamente descentralizado. O Mediterrâneo arcaico não possuía um centro que coordenasse a expansão, mas sim múltiplos pontos de conexão — ou *nodes*, nos termos de Malkin — que sustentavam a mobilidade de pessoas, bens e ideias (Gras 1998, 178; Malkin 2011, 9). A incorporação da arqueologia a esse campo de estudos intensificou essa percepção, permitindo a identificação de diferentes vínculos de conexão e contribuindo, em articulação com a documentação textual, para a compreensão da natureza dessas redes. Como destaca Maria Regina Cândido (2010, 127), “somente as escavações arqueológicas podem nos fornecer os indícios dos grupos culturais que transitaram pela região [Mediterrâneo]”. A. J. Graham acrescenta que, para abordagens mais robustas, especialmente no que se refere a cronologias e datações, é indispensável o suporte arqueológico. Entretanto, ele ressalta que a análise das manifestações culturais e dos costumes sociais exige o cruzamento entre literatura e cultura material, sendo essa articulação fundamental para se compreender a complexidade das interações mediterrânicas (Graham 2008, 91-92).

Esse movimento teórico na historiografia helenista favoreceu a valorização de diversas regiões até então secundarizadas, como núcleos localizados na costa anatólica, fundações helênicas no Norte da África, no Mar Negro e no Ocidente mediterrânico. Entre essas regiões, destaca-se a

pólis de Samos, que, como será demonstrado neste trabalho, constituiu-se em um ponto estratégico de conexão com significativo impacto nas dinâmicas mediterrânicas do século VI a.C. Isso se deve tanto ao controle marítimo exercido por sua talassocracia, especialmente sob o governo do tirano Polícrates, quanto às suas articulações comerciais, que evidenciam a amplitude de sua esfera de influência. Apesar da historiografia sobre Samos ainda se apresentar em estágio incipiente, se compararmos com outros objetos, essa pólis já pode ser compreendida como um vetor comercial multidirecional, um *node* que difundiu informações, bens e práticas culturais por distintas rotas mediterrânicas.

As documentações textuais — Heródoto, Tucídides, Diodoro Sículo e Estrabão —, ainda que posteriores (particularmente as duas últimas), oferecem pistas importantes sobre a proeminência samia no período arcaico. Quando confrontadas com os dados arqueológicos da segunda metade do século VI a.C., fase de consolidação do poder marítimo de Samos, esses documentos constituem-se como elementos indispensáveis para a reconstrução de suas redes de conectividade e para a análise do contexto dessa pólis nos circuitos mediterrânicos. Assim, nos cabe analisar a natureza do poder marítimo e das redes de comércio empreendidas por Samos na segunda metade do século VI a.C., tendo como objetivo apresentar a preeminência dessa pólis nas relações interestatais mediterrânicas durante a tirania¹ de Polícrates, que governou a região entre as décadas de 530 e 520 a.C.

A talassocracia de Polícrates de Samos na segunda metade do século VI a.C.

Samos foi uma pólis insular cujo território exerceu um papel estratégico como elo entre os povos da Grécia balcânica e a Península Anatólica. Localizada nas proximidades da atual costa ocidental da Turquia, na região jônica, a ilha destacou-se como uma potência mediterrânica no período arcaico, sobretudo no século VI a.C., durante o período da tirania de Polícrates.

A primeira fonte que nos apresenta explicitamente uma lista sucessória de talassocracias helênicas é atribuída a Eusébio de Cesareia, datada do século IV d.C. Contudo, Christy Constantakopoulou argumenta que tal elenco teria sido elaborado por Eusébio com base em uma obra hoje perdida de Diodoro Sículo, possivelmente correspondente ao livro VII de sua *Biblioteca Histórica* (Constantakopoulou 2007, 90-91). Essa tradição textual delineia o predomínio marítimo de diferentes povos da antiga Hélade desde os tempos da Guerra da Tróia. Chama-nos a atenção a presença de Samos nesse documento. Essa pólis jônica alcançou notável projeção no período

¹ Segundo Claude Mossé (1999), o fenômeno político da tirania emerge em diversas *poleis* gregas a partir de uma conjuntura de lutas sociais e rivalidades aristocráticas, configurando-se como uma forma alternativa no exercício do poder. No imaginário helênico, o tirano é caracterizado como o anti-cidadão, tornando-se senhor de uma cidade e manipulando os mais pobres a fim de manter-se no cargo, evidentemente ilegítimo (Mossé 1999, 21).

arcaico, sobretudo sob a tirania de Polícrates, e sua qualificação como talassocracia no texto de Eusébio encontra respaldo em documentações mais antigas, como Heródoto, Tucídides, Estrabão e o próprio Diodoro Sículo.

Segundo Hans Van Wees (2010), Polícrates teria dado continuidade a uma longa tradição sâmia de incursões piratas, consolidando a supremacia marítima de Samos a ponto de derrotar as frotas de Lesbos e Mileto em confrontos navais, o que contribuiu para projetar a ilha como uma das potências mais proeminentes da segunda metade do século VI a.C. (Van Wees 2010, 216). Christopher Watts também defende essa argumentação, salientando que Samos já detinha uma longa tradição de construção naval e operações bélicas ultramarinas, mas que, sob o governo de Polícrates, protagonizou uma inovação militar na Hélade, tornando-se um poder incontestável no Mar Egeu (Watts 2012, 10). Nesse sentido, Aileen Carty destaca que tal interpretação pode ser corroborada por meio da análise do discurso historiográfico helênico do século V a.C., particularmente nas obras de Heródoto e Tucídides (Carty 2015, 129). Ambas as tradições literárias indicam que Polícrates não apenas promoveu expedições na região do Egeu, mas teria visado deliberadamente a construção de uma talassocracia sâmia, subjugando ilhas jônicas e estruturando uma marinha de guerra capaz de garantir suas conquistas e o controle de rotas marítimas. Heródoto, inclusive, sugere que Polícrates poderia ser considerado o primeiro homem a aspirar à condição de líder talassocrático:

Com efeito, até onde vai o meu conhecimento, Polícrates foi o primeiro dos helenos a aspirar o domínio dos mares / *θαλασσοκρατέειν* / Talassocracia – deixando de lado Minos de Cnossos e outros quaisquer que antes dele exerceram esse domínio – o primeiro, ao menos, da chamada raça dos homens; realmente, Polícrates tinha muita esperança de vir a ser o senhor da Insônia e das ilhas (*Hdt.* III. 122).

Diferentemente de Tucídides, Heródoto insere Minos no domínio da raça lendária, anterior ao período histórico dos homens e à era do ferro. Ainda assim, é importante destacar que a historiografia contemporânea tem cada vez mais questionado a concepção de uma talassocracia cretense durante o período minoico (Constantakopoulou 2007, 90; Moreno 2012, 200; Duarte 2021, 88). No Livro I de sua obra, intitulado *Arqueologia*, Tucídides propõe uma leitura da história como uma sucessão de hegemonias marítimas, que se inicia com Minos, segue com Corinto e culmina em Samos sob o governo de Polícrates. Assim como Heródoto, Tucídides também reconhece o domínio marítimo samio e atribui à ilha um papel proeminente no sistema talassocrático do século VI a.C:

Também os iônios [jônios] constituíram mais tarde uma poderosa frota, no tempo de Ciro, primeiro rei dos persas, e Cambises, seu filho; guerreando contra Ciro eles mantiveram o controle do mar em torno de seu litoral durante algum tempo. Polícrates, também, o tirano de Samos no tempo de Cambises, foi forte em poder naval e dominou certo número de ilhas, entre as quais Rêneia, que capturou e consagrou a Apolo Délio (*Tuc.* I. 13).

Segundo Aídeen Carty, tanto Heródoto quanto Tucídides estruturam suas narrativas históricas a partir da noção de uma sucessão talassocrática (Carty 2015, 129). Essa perspectiva pode ser entendida como expressão da própria experiência histórica desses autores, que testemunharam diretamente o auge do poder marítimo ateniense no século V a.C. Tal concepção não se limita à historiografia clássica: um excerto da *Geografia* de Estrabão, datada do século I a.C., também reconhece a importância marítima de Samos sob a tirania de Polícrates. No trecho em questão, o autor afirma: “As tiranias atingiram seu auge, sobretudo com Polícrates e seu irmão Silosonte. Polícrates era brilhante tanto por sua sorte quanto por sua habilidade, a tal ponto que conquistou o domínio do mar /θαλασσοκρατία/ talassocracia”² (Str. XIV. 1. 16).

Diante da caracterização de Samos como uma potência marítima sob o governo de Polícrates, cabe questionar: quais aspectos de sua administração permitiram a ascensão do Estado samio à condição de talassocracia? Qual foi, afinal, a natureza do domínio marítimo exercido por Samos na segunda metade do século VI a.C.? Juliana C. Monzani define as talassocracias como estruturas de poder baseadas na capacidade de controlar territórios costeiros e insulares (Monzani 2019, 65). Por sua vez, Alair F. Duarte complementa essa definição ao enfatizar que uma talassocracia implica, necessariamente, o domínio sobre rotas comerciais e a manutenção de uma marinha de guerra apta a garantir tanto a expansão quanto a defesa dessas redes marítimas (Duarte 2021, 87), definição compartilhada também por Rui Morais e Andrea Arezes, que defendem que a talassocracia se traduz não apenas na arte de navegar, mas também no domínio comercial e no controle rígido das rotas marítimas por meio do poderio militar (Morais e Arezes 2019, 54–55).

As fontes disponíveis indicam que Polícrates não apenas empreendeu a conquista de diversas ilhas situadas nas imediações da costa anatólica, como também consolidou um expressivo poderio naval, sustentado por uma marinha de guerra composta por embarcações do tipo *pentecôntoros* e *trieres*. No que se refere ao domínio insular, Heródoto menciona que.

Polícrates havia conquistado muitas ilhas, e também cidades no continente; entre outros ilhéus ele dominou os lébios; estes haviam mandado todas as suas forças para socorrer os milésios e Polícrates os derrotou num combate naval, obrigando os prisioneiros a cavar o fosso atualmente existente em volta de toda a cidadela de Samos (*Hdt.* III. 39).

Para além da subjugação de Lesbos, Heródoto relata que os samios, sob a liderança de Polícrates, estenderam sua atuação bélica para além do Egeu Oriental, promovendo campanhas de conquista tanto em Creta quanto nas proximidades do Peloponeso:

²Todas as citações extraídas da *Geografia* de Estrabão foram traduzidas do original em grego para o espanhol por J. L. Garcíá Ramón e J. Garcíá Blanco. Tradução própria do espanhol para o português.

Com esse dinheiro os sâmios compraram dos hermiônios a ilha de Hidrea, próxima ao Peloponeso, e a confiaram à guarda dos trezênios; eles mesmos se estabeleceram em Cidônia, na ilha de Creta, embora não fosse esse o objetivo de sua viagem, e sim expulsar os zacintos da ilha. Esses sâmios permaneceram lá e prosperaram durante cinco anos; de fato, os templos atualmente existentes em Cidônia e o santuário de Dictina são obras suas (*Hdt.* III. 59).

A narrativa de Heródoto enfatiza as operações de conquista insular conduzidas por Polícrates de Samos, destacando tanto a aquisição por meios diplomáticos, como a compra da ilha de Hidrea, quanto a dominação militar, exemplificada pelas intervenções em Cidônia e Lesbos. Os excertos 39 e 59 do *livro III* apontam que essa postura expansionista atribuída a Polícrates foi determinante para que ele fosse reconhecido como governante de um poder talassocrático pleno. Essa associação entre domínio marítimo e controle insular não se limita à obra de Heródoto. Tucídides, em sua *História da Guerra do Peloponeso*, reforça essa ligação ao mencionar, já no livro I (*Tuc.* I.13), o controle samio sobre diversas ilhas. No livro III, ele relata especificamente a submissão de Rênia: “A distância entre Delos e Rênia é tão curta que Polícrates, tirano de Samos, por algum tempo muito poderoso no mar e senhor de todas as ilhas, inclusive Rênia, pôde ligá-la a Delos com uma corrente, após havê-la consagrado a Apolo Délio” (*Tuc.* III.104).

Graham Shipley sustenta que as conquistas externas de Samos, sobretudo aquelas de caráter insular, conferem à sua talassocracia, durante o século VI a.C., uma concretude que ultrapassa a noção de simples construção narrativa retrospectiva inspirada no modelo imperial ateniense. Para o autor, embora o uso do termo “Império” deva ser empregado com cautela, é possível afirmar que Polícrates exerceu um controle marítimo efetivo e significativo ao longo de sua tirania (Shipley 1987, 94). Shipley enfatiza, ainda, o caráter inédito da política samia sob Polícrates, ao afirmar que Samos jamais havia experimentado uma projeção naval tão ampla. Nesse contexto, destaca-se a prática de ataques e pilhagens contra cidades na órbita de influência do Império Persa. Embora tais ações não tivessem como finalidade o controle duradouro dessas localidades, provocavam inevitavelmente a reação persa e resultavam em enriquecimento para Samos. Parte do saque obtido nessas campanhas era repartida entre os cidadãos que integravam a frota, os quais também poderiam ser remunerados por seu serviço (Shipley 1987, 95).

Nesse mesmo sentido, Anthony Papalas reforça os desdobramentos econômicos da política expansionista de Polícrates, ressaltando que ela contribuiu significativamente para a prosperidade da pólis. Aliados políticos e membros das elites locais beneficiaram-se dos espólios de guerra e das tributações impostas sobre as regiões submetidas no Egeu oriental (Papalas 1999, 5). Hiltron C. Guimarães afirma que o domínio naval exercido por Polícrates, aliado à sua capacidade administrativa na gestão dos territórios controlados, foi fundamental para a preservação da

autonomia de Samos frente à crescente expansão do Império Persa e à posterior anexação de diversas *poleis* helênicas da Ásia Menor (Guimarães 2011, 106), até a morte do tirano, conforme narrado por Heródoto (III. 120-122).

Dialogando com as argumentações de Shipley e Guimarães, a leitura da *Biblioteca Histórica* de Diodoro Sículo permite compreender que Polícrates passou a representar uma figura de referência para indivíduos que buscavam refúgio diante da opressão exercida pelo Grande Rei e seus sátrapas. Nesse contexto, é possível interpretar que Samos desempenhou, sob sua liderança, o papel de um poder de contenção frente à expansão do Império Persa na segunda metade do século VI a.C., sobretudo em virtude da política externa assertiva e do posicionamento marítimo estratégico adotado pelo tirano. Diodoro ilustra essa dinâmica ao relatar a chegada de refugiados lídios à ilha de Samos, conforme o trecho a seguir:

Certos lídios, que fugiam do governo opressor do sátrapa Oroetes, embarcaram rumo a Samos, levando consigo muitos bens, e tornaram-se suplicantes de Polícrates. A princípio, ele os recebeu com benevolência, mas pouco tempo depois mandou executá-los e confiscou seus bens³ (*Diod. Sic. X. 16*).

Contudo, o relato evidencia que, embora Samos pudesse ser percebida como uma alternativa ao domínio persa no Mediterrâneo oriental, essa posição não implicava, necessariamente, em acolhimento irrestrito. De acordo com Diodoro, sob o governo de Polícrates, os interesses estratégicos e econômicos da pólis frequentemente se sobrepunham a considerações éticas ou diplomáticas, como demonstra o episódio em que o tirano ordena a execução dos suplicantes lídios com o objetivo de confiscar seus bens e fortalecer os recursos materiais de Samos.

Samos: poder naval nos tempos de Polícrates

As conquistas territoriais, a arrecadação tributária e as incursões de caráter pirático empreendidas por uma pólis estão fundamentadas, sobretudo, na força de sua esquadra de guerra, que é um elemento central para a constituição de um estado talassocrático. No entanto, além do poderio naval, é igualmente indispensável que a pólis desenvolva e mantenha redes comerciais articuladas, assegurando o fluxo de suprimentos essenciais ao enriquecimento de seus tesouros, à consolidação de alianças e à manutenção de sua hegemonia marítima. Nesse sentido, as documentações helênicas oferecem múltiplos indícios da expressiva capacidade militar da marinha samia sob Polícrates, bem como da amplitude de suas conexões comerciais.

A arqueóloga Astrid Möller destaca que a ilha de Samos é abundante em madeira, um requisito imprescindível para a construção naval (Möller 2000, 86). Esse perfil geográfico torna-se

³ A versão da *Biblioteca Histórica* de Diodoro Sículo que dispomos foi traduzida do original em grego para o espanhol por Juan Jose Torres Esbarranch. Tradução própria do espanhol para o português

um condicionamento vital para a inclinação samia à adesão de uma esquadra de guerra eficaz. A capacidade da frota de Samos, sob a administração de Polícrates, é expressa por Heródoto, que afirma:

O número de suas naus chegou a cento e cinquenta, e seus arqueiros eram mil, e ele atacava e saqueava a todos os lugares indistintamente, pois costumava dizer que receberia mais agradecimentos se devolvesse a um amigo o que lhe tomará do que se nunca lhe tivesse tomado coisa alguma (*Hdt.* III. 39).

A partir da leitura da obra de Heródoto, é possível inferir que os principais modelos de embarcação utilizados pela frota samia sob o governo de Polícrates eram os *pentecôntoros*, naus equipadas com cinquenta remos. O historiador menciona esse tipo de embarcação ao relatar o episódio em que Polícrates, atendendo a uma exigência simbólica do faraó egípcio Amasis, lança ao mar seu bem mais precioso, um anel, a bordo de uma dessas naus (*Hdt.* III.41). Ainda no livro III, Heródoto volta a referir-se aos *pentecôntoros* ao narrar a ocasião em que Polícrates se prepara para visitar o sátrapa persa Oroites, ignorando os avisos de seus conselheiros (*Hdt.* III.124).

Apesar da posterior disseminação das *trieres*, embarcações mais avançadas e eficazes, os *pentecôntoros* permaneceram em uso em campanhas militares, como atesta a tradição tucidideana (*Tuc.* VI. 43; VI. 103). Anthony Papalas destaca que essas naus, no contexto samio, possuíam tanto função militar quanto comercial, sendo empregadas no transporte de arqueiros, hoplitas e bens mercantis (Papalas 1999, 6), o que corrobora a narrativa de Heródoto acerca da vocação bélica da marinha de Polícrates. Segundo o autor, a frota samia sob a tirania de Polícrates pode ter alcançado o número de 100 embarcações desse tipo, o que colocaria Samos entre as maiores potências navais do período arcaico (Papalas 1999, 3).

Há ainda indícios de que a frota samia tenha incorporado modelos mais sofisticados, como as *trieres*, embarcações de 150 remos, com superior capacidade bélica. Tucídides afirma que os coríntios foram os primeiros a dominar a construção desse tipo de navio e menciona que Amínocles, um construtor naval de Corinto, teria construído quatro embarcações para os sâmios (*Tuc.* I.13), numa data estimada em torno de 704 a.C. No entanto, Papalas questiona se essas embarcações seriam, de fato, *trieres*, sugerindo que ainda se tratava de *pentecôntoros* (Papalas 1999, 6). Por outro lado, Heródoto é explícito ao afirmar que Polícrates possuía uma frota de quarenta *trieres*, enviada ao Egito durante a ruptura de sua aliança com Amasis (*Hdt.* III.44).

A historiografia moderna reconhece as *trieres* como embarcações robustas, projetadas especialmente para uso em combates navais (Wallinga 1993; Duarte 2021, 126–128). Contudo, Papalas ressalta que, durante o governo de Polícrates, esses modelos ainda não desempenhavam plenamente as funções que viriam a assumir durante a hegemonia ateniense. Devido ao seu elevado

custo e à complexidade de sua manutenção, seu uso era mais eficaz quando restrito ao litoral da própria pólis. Para suprir os recursos necessários à construção e manutenção dessas embarcações, Polícrates teria se beneficiado de sua aliança com Amasis, cujo reino já dominava tecnologias navais desse tipo há mais de cinquenta anos (Papalas 1999, 6-7).

Nesse contexto, Carty (2015) defende que a aliança entre Samos e o Egito constituiu um dos pilares essenciais da talassocracia samia, ao viabilizar os recursos econômicos e materiais indispensáveis à manutenção da frota naval sob o comando de Polícrates. O autor argumenta ainda que as práticas de pilhagem e pirataria conduzidas pelos marinheiros sâmios tinham entre seus principais objetivos a obtenção de recursos necessários para a sustentação dessa esquadra (Carty 2015, 131). No entanto, Carty, ao contrário de Papalas, também considera que a adoção das *trieres* por parte de Polícrates ocorreu em um momento posterior, não como resultado direto da aliança com Amasis, mas em decorrência do apoio persa, em um cenário no qual o tirano já havia rompido com o Estado faraônico e se inclinado a uma aliança com o Grande Rei (Carty 2015, 184). Essa interpretação é igualmente compartilhada por Kathryn Waterfield (Waterfield 2019, 13). Considerando as estratégias de financiamento e abastecimento da marinha samia, estima-se que o número de embarcações do tipo *trieres*, somadas às *pentecontoros*, tenha alcançado entre 140 e 150 unidades, cifra que se alinha às estimativas fornecidas pelo próprio Heródoto (*Hdt.* III, 39).

A presença das *trieres* dentre as frotas sâmias também é referenciada por Diodoro Sículo em sua *Biblioteca Histórica*:

Polícrates, o tirano dos sâmios, costumava enviar *trieres* para os locais mais adequados e saquear todos os que estavam no mar, devolvendo o saque apenas àqueles que eram seus aliados. E, aos seus companheiros que criticavam tal prática, ele costumava dizer que todos os seus amigos se sentiriam mais gratos a ele por recuperarem o que haviam perdido do que se não tivessem perdido nada desde o início (*Diod. Sic. X. 16*).

A passagem de Diodoro chama atenção não apenas pela menção às *trieres*, mas por referir-se a elas como embarcações empregadas não apenas no contexto da ruptura com Amasis, faraó do Egito, como também em operações de saque. Isso evidencia que Polícrates utilizava essas embarcações, financiadas, em grande medida, pelos recursos oriundos do império persa, para fins bélicos diretamente associados à sua estratégia de projeção e manutenção da supremacia marítima. Ademais, observa-se que Diodoro apresenta uma justificativa atribuída ao próprio tirano para a condução dessas práticas, o que estabelece um paralelo interessante com a narrativa de Heródoto, na qual Polícrates também aparece justificando os motivos de suas ações.

Uma outra documentação tardia que retrata o poder naval de Polícrates pode ser encontrada entre os escritos de Plutarco. Em sua obra biográfica sobre *Péricles*, Plutarco relata o episódio em

que os atenienses haviam sido derrotados pelas frotas samias, mencionando as embarcações de um modelo que veio a ser conhecido como *Samaena*. De acordo com a documentação:

Os samios vingaram-se dos atenienses marcando seus prisioneiros na testa com corujas; pois, em certa ocasião, os atenienses haviam marcado alguns deles com a *samaena*. A *samaena* é uma embarcação de guerra com a proa e o esporão em forma de cabeça de javali, porém mais espaçosa que o habitual e com formato arredondado, de modo que é adequada para navegações em alto-mar e também bastante veloz. Recebeu esse nome porque apareceu pela primeira vez em Samos, onde Polícrates, o tirano, mandou construir algumas⁴ (*Plut. Per.* 26. 4).

Segundo Plutarco, a *samaena* já era construída durante o período da tirania de Polícrates, sendo descrita como uma embarcação mais eficiente do que os modelos contemporâneos e concebida prioritariamente para fins bélicos. No entanto, é necessário problematizar essa informação, considerando que o testemunho de Plutarco é tardio, datado do século I d.C., e não encontra respaldo em outras documentações textuais da época arcaica ou clássica. Apesar dessa limitação, o relato contribui para a compreensão da composição e sofisticação da frota samia, que se consolidou como uma das mais poderosas e tecnologicamente avançadas marinhas de guerra da Hélade na segunda metade do século VI a.C. Essa esquadra desempenhou um papel estratégico tanto na aquisição de recursos quanto na manutenção da talassocracia promovida por Polícrates.

As trocas e as redes de comércio samias do período arcaico

No que se refere à projeção comercial da pólis de Samos, os vestígios arqueológicos e textuais indicam relações mercantis com diversas regiões do Mediterrâneo. Cabe destacar, entretanto, que Samos já dispunha de um espaço marítimo comercial consolidado desde o final do século VII a.C. O potencial do comércio externo da pólis de Samos em períodos que precederam a tirania de Polícrates também é evidenciado por Heródoto, em episódio que se passa em 603 a.C., de acordo com Möller (2000, 87):

[...] os samios partiram da ilha e voltaram a navegar, desejosos de chegar ao Egito, mas o vento leste os afastou novamente da rota; o vento não parava de soprar e eles, ultrapassando as Colunas de Heraclés, foram parar em Tartessôs, levados pela providência divina. Esse entreposto comercial ainda era inexplorado naquela época, de tal forma que, voltando à sua cidade, os samios obtiveram com o carregamento o maior lucro jamais conseguido por quaisquer dos helenos sobre os quais temos informações precisas (*Hdt.* IV. 152).

Os relatos de Heródoto chamam a atenção não apenas por sugerirem a prosperidade dos mercadores de Samos desde o final do século VII a.C., mas também por evidenciarem a notoriedade dessa pólis em suas relações com o Egito e, de forma ainda mais específica, com Tartessos, na Península Ibérica. Tais menções testemunham a presença samia tanto no norte da África quanto no

⁴ A versão utilizada de *Péricles*, de Plutarco, foi traduzida do original em grego para o inglês por Bernadotte Perrin. Tradução própria da versão em inglês para o português.

extremo ocidente do Mediterrâneo, o que proporcionou à sociedade de Samos ganhos materiais significativos, fundamentais para a consolidação de uma conjuntura voltada às atividades marítimas.

As tiranias samias, especialmente a de Polícrates, souberam explorar essa vitalidade ultramarina preexistente, mantendo uma tradição de trocas que se mostrou essencial para a sustentação da talassocracia, uma vez que, como observa Astrid Möller, embora videiras e oliveiras fossem cultivadas, as condições ambientais de Samos impunham dificuldades à agricultura (Möller 2000, 86). A conjuntura de Samos no período arcaico acaba se articulando à de outras *poleis* helênicas, na medida que suas expansões marítimas foram processos que buscavam, dentre outros objetivos, terras propícias para o cultivo agrícola, em um contexto de crise de terras e de cereais (Vernant 2002, 76).

Um dos principais espaços de conexão econômica com Samos foi o Egito, como já mencionado em Heródoto, o que foi ainda mais estimulado a partir da aliança diplomática entre Amasis e Polícrates. A coalizão entre Samos e o Egito também é um episódio narrado nas *Histórias*. De acordo com Heródoto, essa conexão política inclusive foi um dos impulsos para a consolidação de Polícrates na segunda metade do século VI a.C., o que reforça as proposições de Papalas e Carty quanto ao *status* elementar de Amasis na construção da talassocracia samia, a partir da concessão de recursos para a construção e manutenção da esquadra de Polícrates. De acordo com Heródoto: “Polícrates concluiu um tratado de amizade com Âmasis, rei do Egito, mandando-lhe presentes e recebendo outros dele. Dentro de pouco tempo, a força de Polícrates cresceu tanto que ele se tornou famoso na Ionia [Jônia] e em toda a Hélade” (*Hdt.* III. 39)

Os desdobramentos comerciais dessa aliança podem ser verificados especialmente no que se refere ao assentamento de Náucratis. Esse sítio constituiu-se como um entreposto helênico na região do Delta egípcio, fundado na segunda metade do século VII a.C., por iniciativa de facções helênicas distintas, especialmente provenientes de Mileto (Camuri 2020). De acordo com Heródoto, os samios não participaram da fundação do entreposto. No entanto, articularam-se para erigir um santuário dedicado a Hera (*Hdt.* II. 178). Mesmo antes de Polícrates, Samos já mantinha relações comerciais com esse sítio, desde os primeiros anos de sua fundação, o que pode ser verificado a partir da abundância da cultura material samia na região desde 600 a.C.⁵ Nos tempos de Polícrates, os samios preservaram esses *links*, que só foram abalados com a ruptura nos acordos com o Estado

⁵ Exemplo é o Alabastro samio encontrado em Náucratis, datado entre 610 e 570 a.C. Número de registro: 1888,0601.640.b. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1888-0601-640-b?selectedImageId=1043339001. Acesso em 23 abr. 2025.

egípcio, efetuada por Samos (Shipley 1987, 92), no episódio em que Polícrates se alinha aos persas (*Hdt.* III, 44).

Mesmo que a materialidade externa seja imprescindível para compreendermos a extensão das atividades mercantis samias no período arcaico, as principais evidências materiais das transações comerciais da pólis estão concentradas no seu santuário de Hera, o *Heraion*. As escavações arqueológicas no local revelaram uma ampla diversidade de artefatos oriundos de distintas regiões do Mediterrâneo, atestando o intenso tráfego de bens e a inserção da pólis em redes de circulação de longo alcance durante o período arcaico. Sabine Weber destaca o exemplo das diversas Sítulas egípcias, produzidas com bronze, que foram identificadas nas escavações do *Heraion* em Samos (Weber 2006, 146).

A importância do *Heraion* para a sociedade samia é destacada por Heródoto, especialmente na passagem IV. 152, que evidencia a prática dos marinheiros de dedicarem ao santuário artefatos adquiridos com os ganhos provenientes das transações comerciais externas, empregando-os em oferendas votivas (*Hdt.* IV.152). As evidências arqueológicas também indicam que os objetos estrangeiros depositados no *Heraion* não se restringiam às aquisições comerciais. No contexto da aliança entre Samos e o Egito, o próprio faraó Amasis enviou presentes ao santuário de Hera, sinalizando o prestígio atribuído à sua relação diplomática com Polícrates. Conforme relata Heródoto: “[...] a Hera, em Samos, ele [Amasis] mandou duas estátuas de madeira de si mesmo, ainda existentes por trás das portas do grande templo na minha época. As oferendas mandadas a Samos foram enviadas por causa da amizade entre Amasis e Polícrates, filho de Aiaces.” (*Hdt.* II.182).

No artigo *Hera and the Sea: Decoding Dedications at the Samian Heraion*, a pesquisadora Hannah L. Ringheim chama atenção para a ampla circulação de objetos no santuário de Hera, provenientes de distintas regiões do Mediterrâneo oriental. A autora identifica a presença de cultura material oriunda da Assíria, da Babilônia e do Chipre. Em relação ao Mediterrâneo ocidental, Ringheim destaca a significativa difusão da cerâmica lacedemônia, amplamente distribuída não apenas no *Heraion* de Samos, mas também no santuário de Hera em Náucratis, ao longo do século VI a.C. (Ringheim 2020). Um dos argumentos centrais da autora consiste na compreensão do *Heraion*, à semelhança de outros santuários helênicos, como um espaço nodal nas redes de conectividade grega, funcionando como ponto de convergência para culturas materiais de diversas regiões, e refletindo a amplitude e a intensidade das relações inter-regionais no período arcaico (Ringheim 2020, 27).

Essa rede de conectividade, anterior à ascensão de Polícrates, revelou-se um elemento estratégico para sua tirania. Por meio dessas articulações políticas e econômicas, a pólis de Samos pôde mobilizar os recursos necessários à manutenção de sua frota naval. Tal perspectiva é defendida por Kathryn Waterfield em sua investigação sobre os *pentecontoros* samios. A autora sustenta que esse contexto justificaria tanto a adesão de Polícrates à aliança com Amasis quanto, posteriormente, a sua ruptura com o Egito e a reorientação de seus acordos diplomáticos em direção ao Império Aquemênida (Waterfield 2019, 14).

Dessa maneira, é possível compreender que as redes de conectividade estabelecidas por Samos e seus marinheiros já desempenhavam um papel proeminente no Mediterrâneo desde o final do século VII a.C., impulsionadas pela busca por novas terras e oportunidades. Como desdobramento desse processo, observa-se uma expressiva difusão de cultura material estrangeira na ilha, especialmente no *Heraion*, onde objetos oriundos de distintas regiões passaram a ser ressignificados e empregados como artefatos votivos. Essa ampla rede de contatos foi significativamente intensificada durante o governo de Polícrates, que não apenas mobilizou as conexões comerciais previamente consolidadas para garantir os recursos necessários à construção e à manutenção de sua frota naval, como também estabeleceu alianças políticas que ampliaram as relações mercantis, consolidaram seu protagonismo interestatal e impulsionaram ainda mais a circulação de materialidades externas em território samio. Esse movimento é exemplificado pelas alianças firmadas com o faraó Amasis e, posteriormente, com o Império Aquemênida — sendo esta última particularmente relevante para a aquisição de embarcações do tipo *trieres*, como discutido anteriormente.

Conclusão

Com base nas evidências documentais helênicas, é possível afirmar que Samos se consolidou como um dos principais centros de poder da Hélade durante o período arcaico. Desde o século VII a.C., seus marinheiros e comerciantes empreendiam viagens de exploração que, ao fortalecer os recursos materiais de determinados grupos internos, contribuíram para a vocação marítima da pólis. A ascensão da tirania de Polícrates se beneficiou diretamente dessa prosperidade mercantil, utilizando-a como base para a constituição de um estado talassocrático sustentado por uma poderosa esquadra naval.

Entretanto, a manutenção dessa marinha — elemento fundamental para a preservação da talassocracia e a continuidade das redes comerciais — exigiu a construção de alianças externas por parte de Polícrates, além de práticas como o saque, a pilhagem e o controle de ilhas estratégicas.

Sua aliança inicial com o estado faraônico garantiu os recursos indispensáveis à consolidação de seu poder, ao mesmo tempo em que posicionou Samos como um elemento de contenção à expansão aquemênida. No entanto, diante das pressões militares persas sobre o Egito, Polícrates redefiniu suas alianças diplomáticas e voltou-se ao Grande Rei, o que lhe proporcionou os meios para fortalecer ainda mais sua frota de guerra. Nesse sentido, embora o poder samio tenha representado uma força significativa no Mediterrâneo arcaico, sua base sustentava-se em uma rede diplomática complexa e volátil, o que, se por um lado ampliava sua influência, por outro revelava aspectos de sua fragilidade.

A análise da trajetória de Samos no período arcaico evidencia que a antiga Hélade foi marcada por uma pluralidade de centros políticos com projeção mediterrânica, contrariando a tendência de centralidade atribuída à Atenas do século V a.C. Embora a historiografia e a arqueologia já tenham avançado significativamente no estudo da pólis samia, sua trajetória ainda oferece um vasto campo de investigação, não apenas em relação à tirania de Polícrates, mas quanto à atuação samia ao longo de todo o período arcaico. Ademais, o aprofundamento das pesquisas sobre Samos contribui para a ampliação das reflexões sobre outras unidades políticas gregas historicamente marginalizadas, abrindo caminho para o reconhecimento de suas redes de conectividade comerciais e alianças políticas.

Referências Bibliográficas

Braudel, Fernand. 1972. *The Mediterranean and the Mediterranean world in the age of Philip II*. Vol. I. Glasgow: Collins.

Braudel, Fernand. 2001. *Memórias do Mediterrâneo: pré-história e antiguidade*. Lisboa: Terramar.

Camuri, Allan. “Integração e conectividade comercial entre gregos e egípcios na região de Náucratis.” *Temporalidades* 12, n. 2 (2020): 390–408.

Cândido, Maria Regina. 2010. “Interações culturais através da Memória do Mediterrâneo Antigo.” Em *Memórias do Mediterrâneo Antigo: interações culturais no Mediterrâneo antigo*, organizado por Maria Regina Candido, 127–135. Rio de Janeiro: NEA/UERJ.

Carty, Aileen. 2015. *Polycrates, Tyrant of Samos: new light on archaic Greece*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.

Constantakopoulou, Christy. 2007. *The dance of the islands*. Oxford: Oxford University Press.

- Diodoro de Sicília. 2006. *Biblioteca Histórica*. Tradução de Juan José Torres Esbarranch. Madrid: Editorial Gredos.
- Duarte, Alair. F. 2021. *Os remadores e as fronteiras marítimas de Atenas no século V a.C.* Curitiba: Appris.
- Estrabón. 1991. *Geografia*. Tradução de J. L. García Ramón. Madrid: Editorial Gredos.
- Graham, A. J. 2008. “The colonial expansion of Greece.” Em *The Cambridge Ancient History: the expansion of the Greek world, eight to sixth century B.C.*, vol. III, parte 3, editado por John Boardman e N. G. L. Hammond, 83–162. Cambridge: The Cambridge University Press.
- Gras, Michel. 1998. *O Mediterrâneo arcaico*. Lisboa: Teorema.
- Guimarães, Hilton C. 2011. *O imperialismo na cultura clássica*. Bauru: Edipro.
- Harris, Willian. V. 2005. “The Mediterranean and Ancient History.” Em *Rethinking the Mediterranean*, organizado por W. V. Harris, 1–42. New York: Oxford University Press.
- Hartog, François. “Experiências do tempo: da história universal à história global.” *História, Histórias* 1, n. 1 (2013): 164–179.
- Heródoto. 2023. *História*. Tradução de Mário de Gama Kury. São Paulo: Madamu.
- Horden, Peregrine; e Nicholas Purcell. 2000. *The corrupting sea: a study of Mediterranean history*. Oxford: Wiley Blackwell.
- Junior, João Júlio Gomes dos Santos; e Monique Sochaczewski. “História global: um empreendimento intelectual em curso.” *Revista Tempo* 23, n. 3 (2017): 482–502.
- Malkin, Irad. 2011. *A small Greek world: networks in the ancient Mediterranean*. New York: Oxford University Press.
- Möller, Astrid. 2000. *Naukratis: trade in archaic Greece*. New York: Oxford University Press.
- Monzani, Juliana C. 2019. “Tucídides como arqueólogo.” Em *Fronteiras Mediterrânicas: estudos em comemoração a 10 anos do LEIR-MA/USP*, organizado por Norberto Guarinello. São Paulo: USP.
- Morais, Rui; e Andrea Arezes. 2019. *Minoicos: os guardiões da primeira civilização europeia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Morales, Fabio Augusto; e Uiran Gebara da Silva. “História Antiga e História Global: afluentes e confluências.” *Revista Brasileira de História* 40, n. 83 (2020): 125–150.

Moreno, Jorge. “La talasocracia minoica como controversia.” *6º Coloquio Internacional Agón: Competencia y Cooperación. De la antigua Grecia a la Actualidad* (2012): 189–202.

Mossé, Claude. 1999. *O cidadão na Grécia Antiga*. Lisboa: Edições 70.

Papalas, Anthony. “Polycrates of Samos and the first Greek trireme fleet.” *The Mariner’s Mirror* 85, n. 1 (1999): 3–19.

Plutarco. *Plutarco: Vidas paralelas*. Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Ringheim, Hannah L. “Hera and the Sea. Decoding Dedications at the Samian Heraion.” *Studia Hercynia* 23, n. 1 (2020): 11–25.

Shipley, G. 1987. *A history of Samos*. New York: Oxford University Press.

Tucídides. 1987. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário de Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Van Wees, Hans. 2010. “‘Those Who Sail Are to Receive a Wage’: Naval Warfare and Finance in Archaic Eretria.” Em *New Perspectives on Ancient Warfare*, organizado por G. Fagan e M. Trundle, 205–226. Leiden: Brill.

Vernant, Jean-Pierre. 2002. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel.

Wallinga, H. T. 1993. *Ships and sea power before the great Persian war*. Batava: Mynemosine.

Waterfield, Kathryn. “Penteconters and the Fleet of Polycrates.” *Ancient History Bulletin* 33 (2019): 1–18.

Watts, Christopher. 2012. *Polycrates: pirate or hero?* Birkbeck University of London.

Weber, Sabine. 2006. “East Greek ‘Situlae’ from Egypt.” Em *Naukratis: Greek diversity in Egypt: studies on East Greek pottery and exchange in the eastern Mediterranean*, editado por Alexandra Villing e Udo Schlotzhauer. London: The British Museum.